

CFEM : CONTROLE SOCIAL, FISCALIZAÇÃO E ENFRETAMENTO DA MINÉRIO - DEPENDÊNCIA

Alexandre de Cássio Rodrigues

Superintendente de Arrecadação de Fiscalização de Receitas

Rui Alberto Carvalho Giordani

Gerente de Distribuição, Inovação e Transparência



ANM

Agência
Nacional de
Mineração

A **CFEM** (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) é uma retribuição financeira paga por empresas que exploram recursos minerais no Brasil.

ARRECADÇÃO DA CFEM (R\$ bilhões)

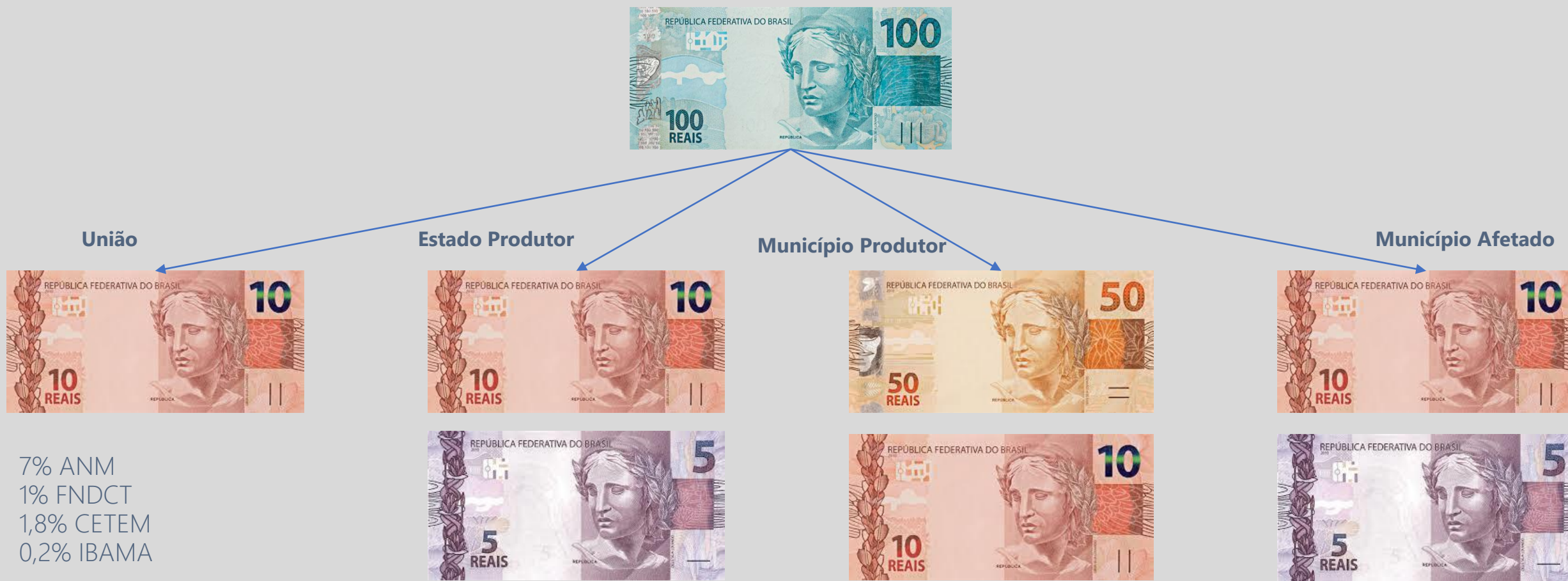


Fonte: Dados Abertos da ANM

TRANSPARÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DA CFEM



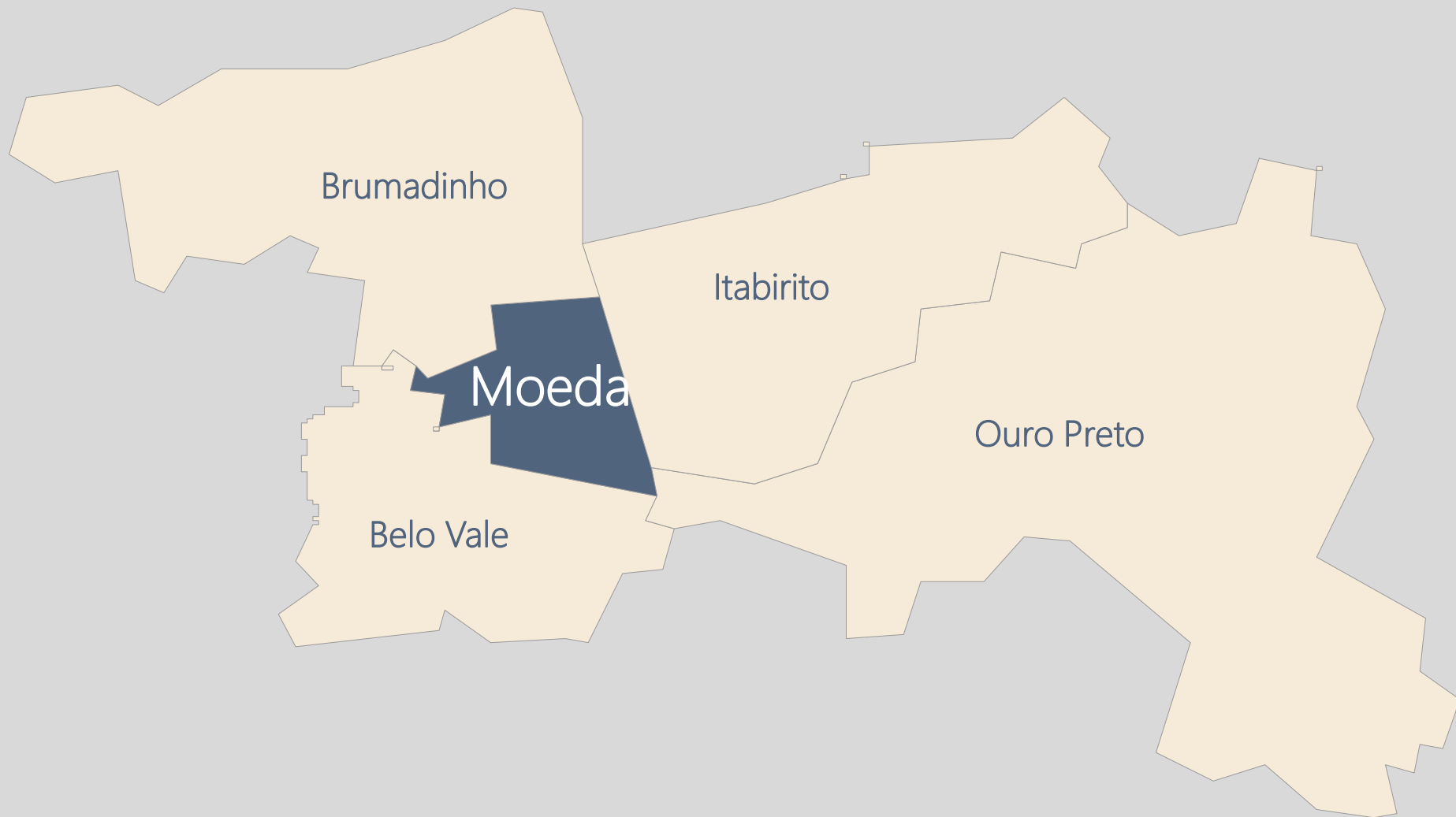
DISTRIBUIÇÃO DA CFEM



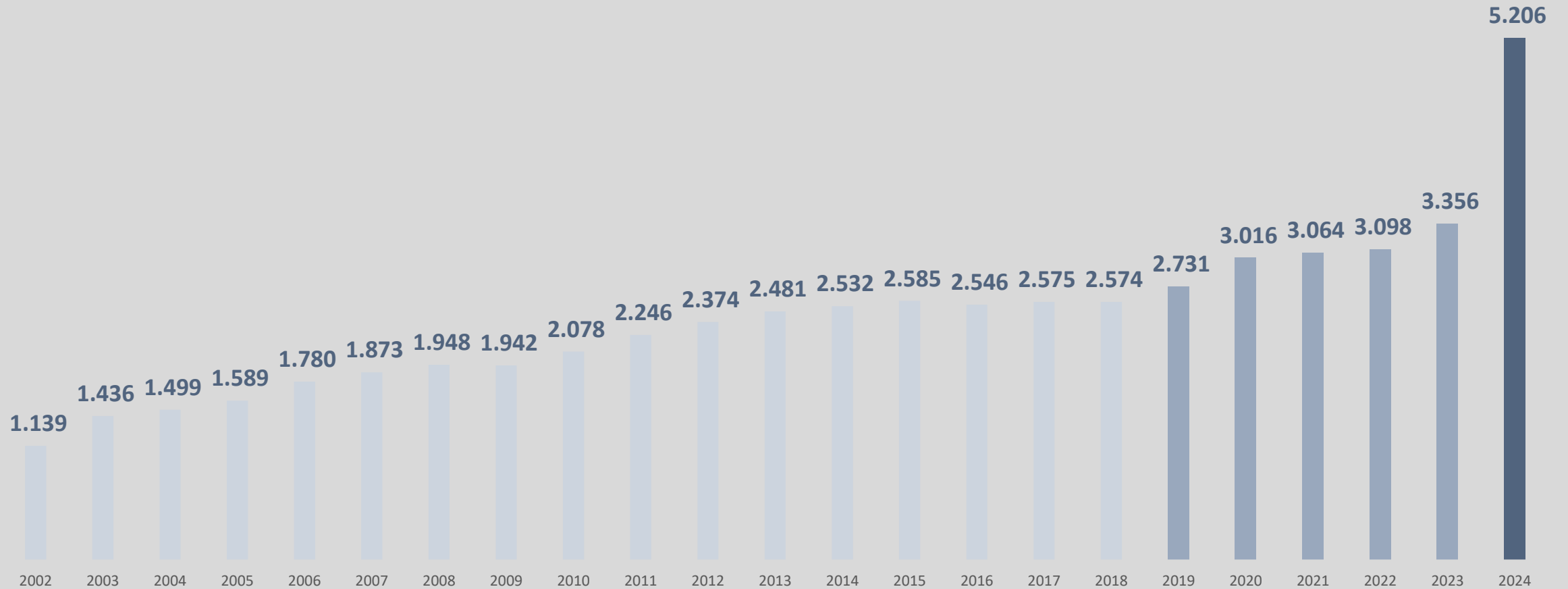
DISTRIBUIÇÃO DA CFEM – MUNICÍPIOS AFETADOS



DISTRIBUIÇÃO DA CFEM – MUNICÍPIOS LIMÍTROFES



MUNICÍPIOS BENEFICIÁRIOS DA CFEM



Fonte: Tesouro Nacional

TRANSPARÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO DA CFEM



DEPENDÊNCIA DA CFEM (2023)

N	UF	Município	CFEM	CFEM acum.	Dependência	CFEM per capita
1	PA	Parauapebas	R\$ 713.435.230,48	14%	25%	R\$ 3.260,87
2	PA	Canaã dos Carajás	R\$ 625.855.541,87	26%	32%	R\$ 16.005,31
3	MG	Conceição do Mato Dentro	R\$ 221.782.119,29	31%	32%	R\$ 12.718,32
4	MG	Itabirito	R\$ 186.985.027,49	34%	21%	R\$ 3.528,29
5	MG	Congonhas	R\$ 183.283.533,05	38%	18%	R\$ 3.282,53
6	MG	Itabira	R\$ 180.167.451,62	41%	15%	R\$ 1.480,22
7	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	R\$ 160.096.587,07	44%	34%	R\$ 14.404,95
8	MG	Mariana	R\$ 152.063.762,91	47%	19%	R\$ 2.459,38
9	MG	Nova Lima	R\$ 141.266.047,15	50%	10%	R\$ 1.450,70
10	PA	Marabá	R\$ 127.375.742,80	53%	7%	R\$ 442,79
11	AP	Pedra Branca do Amapari	R\$ 112.680.178,20	55%	53%	R\$ 6.393,20
12	MG	Belo Vale	R\$ 79.607.731,59	56%	45%	R\$ 10.307,88
13	MG	Itatiaiuçu	R\$ 69.242.302,10	58%	20%	R\$ 6.098,49
14	MG	Ouro Preto	R\$ 62.607.153,93	59%	9%	R\$ 836,73
15	MG	Paracatu	R\$ 57.666.588,75	60%	8%	R\$ 609,98
16	MG	Brumadinho	R\$ 55.890.763,35	61%	4%	R\$ 1.356,31
17	MA	São Luís	R\$ 42.948.084,90	62%	1%	R\$ 38,49

UTILIZAÇÃO DA CFEM

É **vedado** aplicar a CFEM no pagamento de dívidas e despesas com pessoal, salvo nas exceções previstas em lei.

Sugere-se que sua aplicação seja direcionada a investimentos em infraestrutura, qualidade ambiental, saúde, educação e iniciativas que promovam a diversificação econômica e o desenvolvimento sustentável.

TRANSPARÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DA CFEM



PREFEITURA
ITABIRITO

Av. Queiroz Júnior, nº 635, Centro,
Telefone: (31) 3561-4000
contato@itabirito.mg.gov.br

CEP: 35450-228 - Itabirito/MG

[> Mapa do Site](#) [> Glossário](#) [> Ir para o Conteúdo](#) [> Ir para o Topo](#) [> Ir para o Rodapé](#)



[HOME](#) [PERGUNTAS FREQUENTES](#) [TRANSPARÊNCIA](#) [DIÁRIAS DE VIAGENS](#) [LICITAÇÕES EM ANDAMENTO](#) [CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS](#) [OUVIDORIA](#) 

APLICAÇÃO CFEM

Apresenta a aplicação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Mineirais - CFEM

Aplicação CFEM

2024

Janeiro

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Fevereiro

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Março

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Abril

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Maio

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Junho

- Pagamentos realizados com a fonte 1708/2708-CFEM

Julho

TRANSPARÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DA CFEM

 **gov.br**

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



[Entrar com gov.br](#)

 [Transferegov.br](#)

 > [Notícias e Eventos](#) > [Rede na Mídia](#) > [2025](#) > [MME, ANM e MGI formalizam acordo para promover maior transparência na Cfem](#)

TRANSPARÊNCIA

MME, ANM e MGI formalizam acordo para promover maior transparência na Cfem

Parceria visa melhorar a rastreabilidade e a utilização de recursos por meio da plataforma Transferegov.br

Publicado em 23/04/2025 15h01 | Atualizado em 25/04/2025 18h14

Compartilhe:     





Agência Nacional de Mineração (ANM) deve adotar medidas para melhorar arrecadação e prevenir sonegação fiscal

Auditoria do TCU constatou que fiscalizações feitas pela ANM são insuficientes para coibir a sonegação e há perdas de créditos minerários por decadência e prescrição

Por Secom TCU

09/10/2024

Categorias: Economia.

RESUMO

- TCU fez auditoria nos procedimentos de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e da Taxa Anual por Hectare (TAH).
- Percentual médio de sonegação entre 134 processos fiscalizados pela ANM entre 2017 e 2022 foi de 40,2%.
- Em 2022, apenas 17 empresas de mineração foram fiscalizadas.
- Faltam recursos humanos, materiais e tecnológicos para arrecadar e fiscalizar a compensação.
- Tribunal fez recomendações e determinações para sanar os problemas e melhorar o setor.

FISCALIZAÇÃO DA CFEM

Portaria SEI Nº 251, DE 3 DE abril DE 2019

[< Voltar](#)Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#) [s](#) [v](#)[VERSÃO CERTIFICADA](#)[DIÁRIO COMPLETO](#)[IMPRESSÃO](#)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/04/2019 | Edição: 09 | Seção: 1 | Página: 131

Órgão: Ministério da Minas e Energia/Agência Nacional de Mineração

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA SEI Nº 251, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Disciplinar os procedimentos e critérios para realização do planejamento nacional de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos incisos XII e XXVIII do art. 2º e no inciso II do §1º do art. 11 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e pelos incisos XXVIII do art. 2º e II do art. 9º da Estrutura Regimental da ANM, aprovada na forma do Anexo I do Decreto nº 9.587, de 27 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina os procedimentos e critérios para realização do planejamento nacional de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

Art. 2º O planejamento será realizado com base nas seguintes premissas:

1. Valores de operação por empresa titular de direito mineral;
2. Risco de decadência;
3. Inadimplência;

§1º Os valores de operação serão apurados com base nas informações declaradas pelas empresas nos Relatórios Anuais de Lavra - RAL.

§2º A verificação do risco de decadência dar-se-á pela análise do prazo de decadência em relação ao período ainda não fiscalizado.

§3º A verificação dos inadimplentes dar-se-á pela análise da CFEM devida em relação aos valores recolhidos de CFEM.

§4º Cada premissa possuirá um sistema de pontuação com grau de relevância.

§5º Será estabelecido um ranqueamento considerando o somatório da pontuação de cada premissa.

Art. 3º Excepcionalmente poderão ser priorizadas determinada empresa em decorrência de demanda externa (judicial, ministério público, prefeituras, etc.), desde que autorizada pelo Gerente de Arrecadação e CFEM.

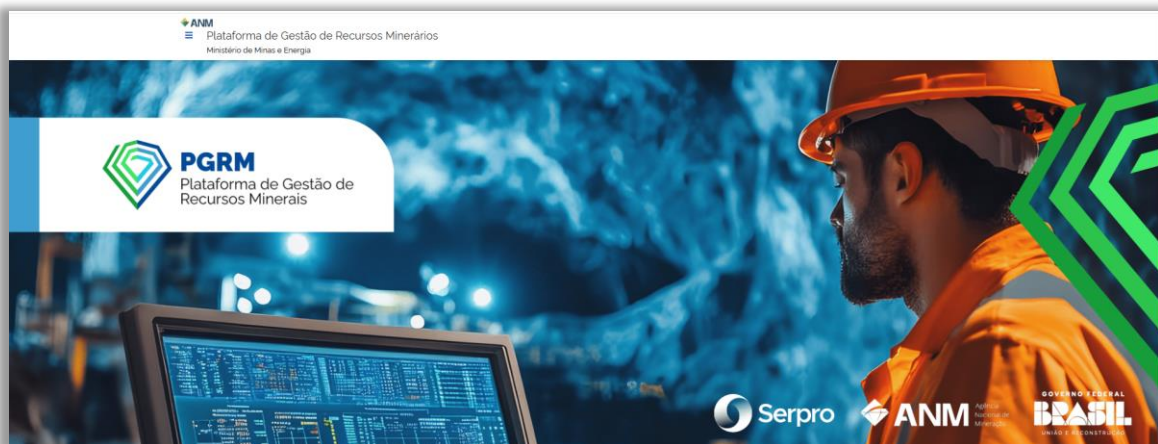
Art. 4º Os procedimentos e critérios disciplinados por esta Portaria serão aplicados em nível Nacional.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



FISCALIZAÇÃO DA CFEM



| DIEF-CFEM: Perguntas e Respostas



O QUE É A DIEF-CFEM?

A Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (DIEF-CFEM) é a declaração que irá substituir a Ficha de Registro de Apuração da CFEM, aprovada pela [Portaria nº 158, de 15 de junho de 1999](#).

Instituída por meio da [Resolução ANM nº 156, de 8 de abril de 2024](#), a DIEF-CFEM constitui uma obrigação acessória, com periodicidade mensal, destinada ao lançamento e processamento das informações relativas a CFEM.

Ressalta-se que a [Resolução ANM nº 156, de 8 de abril de 2024](#) é uma norma infralegal que apenas define regras relacionadas a referida obrigação acessória (DIEF-CFEM). Os fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas de incidência são aqueles estabelecidos na [Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989](#) e na [Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990](#).

“A CFEM é uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento regional, porém requer boa governança pública e estratégia”.

Prof.^a Maria Amélia Enriquez

CFEM : CONTROLE SOCIAL, FISCALIZAÇÃO E ENFRETAMENTO DA MINÉRIO - DEPENDÊNCIA

Alexandre de Cássio Rodrigues

Superintendente de Arrecadação de Fiscalização de Receitas

Rui Alberto Carvalho Giordani

Gerente de Distribuição, Inovação e Transparência



ANM

Agência
Nacional de
Mineração